
Pauta Interna de REIVINDICAÇÕES dos servidores do IF-SC

SINASEFE

Sindicato Nacional dos Servidores Federais
de Educação Básica, Profissional e
Tecnológica - Seção Sindical do Instituto
Federal de Santa Catarina (IF-SC)



PAUTA INTERNA DO IF-SC

O período de greve proporcionou o debate junto aos servidores da base do SINASEFE, no qual se constatou a existência de vários problemas internos que impedem o desenvolvimento da instituição e prejudicam a qualidade do ensino. Com a recente expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, os problemas se tornaram ainda mais graves, com diversos locais de trabalho funcionando de modo inadequado e intensificando a precarização das atividades.

A presente pauta de reivindicações internas é um reflexo dessa condição. As solicitações serão expostas pontualmente e estruturadas nos eixos: condições de trabalho, expansão, gestão democrática, infraestrutura, qualidade de ensino, relações de trabalho e saúde do trabalhador. Na essência desse documento está a insatisfação diante da realidade atual e os votos de transformação dos servidores mobilizados do IF-SC.

1. Condições de trabalho

Nota-se que faltam servidores na maioria dos câmpus em funcionamento, tanto técnicos administrativos quanto docentes. Este quadro faz com que um grande número de servidores realizem atividades para as quais não estão devidamente capacitados ou qualificados, fazendo com que haja sobrecarga de trabalho, provocando adoecimentos e elevando o número de afastamentos.

Os entraves burocráticos são imensos. Não há clareza quanto ao funcionamento dos processos da instituição. A burocratização causa lentidão no processo do trabalho, aumentando o desgaste dos servidores. Além disso, com os relatos, foi possível identificar a ausência de organização e normas internas que estabeleçam as responsabilidades e os fluxos dos processos. Tais questões precarizam as condições de trabalho possibilitando espaço para o assédio moral dos servidores.

Assim reivindicamos os seguintes encaminhamentos:

- Contratação urgente de servidores docentes e técnicos administrativos para atender os cursos já em andamento.
- Necessidade de capacitação de qualidade para os servidores em cursos de formação continuada.
- Maior agilidade, desburocratização e padronização dos processos com discussão na comunidade.

2. Expansão: o planejado e o real

A expansão aconteceu de forma desordenada e pouco criteriosa. Houve um aumento expressivo no número de câmpus implantados e um grande aumento no número de alunos no IF-SC, mas o quadro de servidores não acompanhou este ritmo, sendo insuficiente para garantir educação de qualidade.

A falta de parâmetros na expansão gerou sérias distorções. Destacamos a implantação de novos câmpus em locais inadequados e a oferta de cursos semelhantes em câmpus muito próximos.

Assim, revela-se que a expansão não foi realizada seguindo um planejamento prévio, um estudo mais detalhado da viabilidade e das demandas sociais.

Hoje, temos os câmpus como realidade, mas como reivindicações temos os seguintes itens:

- Necessidade de contratação de mais servidores em consonância com a abertura de vagas para discentes.
- A expansão deve continuar apenas após real conclusão das condições adequadas aos câmpus já iniciados.
- Necessidade de critérios definidos para a expansão.
- Necessidade de planejamento institucional para abertura de novos câmpus, evitando a oferta de cursos em dissonância com as demandas da região.

3. Gestão democrática

A gestão democrática é um anseio constante da comunidade acadêmica. Hodiernamente, vê-se que os fóruns deliberativos institucionais, que devem envolver técnicos administrativos, docentes e alunos, não estão cumprindo seu papel, sendo meros homologadores de decisões previamente tomadas pela gestão, sem real discussão na comunidade e sem levar em conta as necessidades de cada local de trabalho.

É premente a necessidade de maior discussão e transparência das decisões tomadas no IF-SC. Um exemplo é o planejamento institucional, que há muito não tem a devida participação dos servidores em todos os seus estágios.

Deve-se levar a gestão democrática para todos os câmpus, para todos os espaços, com eleições para todos os cargos dentro do IF-SC. Esse é um anseio da comunidade e onde há eleições prévias auxilia no processo do seu amadurecimento, pois fomenta o debate interno.

Nota-se o engessamento da atuação dos câmpus e a falta de autonomia para gerir seu próprio funcionamento. Isto reflete a ausência de diretrizes que deveriam ser fixadas pelo IF-SC com amplo debate na comunidade.

Ressalta-se também a necessidade de participação dos servidores no movimento sindical. Trata-se de um direito do servidor, que deve ser exercido não apenas em momento de greve, mas também ser encarado como um fortalecimento de toda a comunidade pertencente ao IF-SC.

Assim, neste ponto, as reivindicações são as seguintes:

- Necessidade de respeito aos espaços democráticos dos câmpus e da reitoria.
- Autonomia real para os câmpus para gestão de suas peculiaridades.
- Legitimidade dos fóruns de discussão.
- Maior transparência nos fóruns, processos, gestão e fluxos do IF-SC.
- Maior participação da comunidade nas decisões do IF-SC.
- Planejamento participativo, incluindo a execução e avaliação.
- Eleição para todos os cargos de gestão.
- Participação em movimentos sindicais sem exigência de contrapartidas.
- Liberação de dirigente sindical para a entidade.
- Alocação de carga horária para os servidores que participam de fóruns representativos.
- Editais com critérios definidos pela comunidade e que respeitem as especificidades dos câmpus.

4. Infraestrutura

Contata-se que há problemas de infraestrutura em todos os câmpus, antigos ou novos. Há problemas muitos semelhantes, desde falta de local de trabalho adequado, falta de laboratório para ministrar aulas, salas de aula inadequadas, até a falta de material de expediente.

Assim, a reivindicação posta neste assunto é:

- Reparação imediata da precarização nos locais de trabalho identificados pelo SINASEFE-SC.

5. Saúde do trabalhador

A saúde do trabalhador tem relação direta com outros temas como: condições de trabalho, infraestrutura e relações de trabalho. Juntos, estes itens levam a muitos afastamentos e prejuízos à saúde dos servidores. A implementação insuficiente do SIASS e a ausência de unidades de saúde em todos os câmpus agrava este problema.

Desta forma, para que se atenuem os riscos é necessário:

- Local de trabalho adequado.
- Ergonomia.
- Adicionais de insalubridade e periculosidade.
- Dimensionamento de carga de trabalho para evitar sobrecarga.
- Implantação integral do SIASS no estado.
- Implantação de setores de saúde nos câmpus.

6. Relações de trabalho

A qualidade de vida dos servidores depende muito de como se dão as relações e do ambiente de trabalho. As insatisfações geradas por atritos desnecessários, assédio moral e desmotivação sobre os processos de gestão

levam a vários problemas, entre eles, a alta rotatividade de servidores e muitos afastamentos por problemas de saúde.

Neste quesito, para que se mantenham as relações de trabalho sadias, é preciso:

- Rever o processo de avaliação de desempenho com consulta a comunidade escolar.
- Rediscussão da resolução da progressão funcional (esclarecer do que se trata).
- Revisão da resolução 13 (atividade docente).
- Garantia de condições para a implementação das 30 horas de jornada de trabalho.
- Implementação da Comissão Interna de Supervisão (CIS).
- Pela não reedição da portaria nº 1.481/2011 (que trata das férias dos técnicos administrativos).
- Política de combate ao assédio moral, com ações efetivas no IF-SC.
- Criação de uma resolução que oriente a alocação de carga horária para pesquisa e extensão para os servidores técnico administrativos.
- Revisão da interpretação dos “steps” do PCCTAE (Decreto nº 5.824), referente aos 18 meses utilizados no IFSC, que a exemplo de outros IF’s não seguem o mesmo prazo.

7. Qualidade de ensino

Como já visto, há diversos problemas no IF-SC, entre condições de trabalho adversas, falta de infraestrutura adequada, gestão democrática ineficaz, relações de trabalho turbulentas. Tais problemas repercutem de forma negativa sobre a qualidade no ensino, prejudicando aqueles que temos o dever de servir bem: nosso aluno e a sociedade.

Reafirmamos a necessidade de priorizar a educação integral no IF-SC e de implementar as diretrizes estabelecidas na lei de criação dos Institutos Federais, ofertando prioritariamente os cursos técnicos de nível médio na nossa rede.

Para aprimorar este processo, é necessário:

- Implementação prioritária de setores que trabalhem diretamente com os alunos (infraestrutura e servidores).
- Planejamento das atividades dos docentes.
- Prioridade de contratação de docentes com dedicação exclusiva.
- Reestruturação do PDI, com amplo debate pela comunidade Escolar.

Diante das questões aqui apresentadas, atualmente percebemos que não há condições necessárias para primar pelo ensino de qualidade que tanto buscamos. Essas condições são dadas pela infraestrutura (salas de aula, laboratórios, biblioteca, etc.) e também pelos servidores que nela trabalham.

Assim, apenas conseguiremos atender bem ao nosso aluno se superarmos os entraves aqui expostos. Ante o exposto, exigimos providências em relação aos itens aqui apresentados.

REFERÊNCIAS

Lei de criação dos Institutos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>

PCCTAE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm>

EBBT. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111784.htm>

DECRETO Nº 7.674, DE 20 DE JANEIRO DE 2012. Dispõe sobre o Subsistema de Relações de Trabalho no Serviço Público Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7674.htm>.

Fontes disponíveis na intranet do IF-SC:

- PDI
- Termo de Metas do IF-SC
- Normativas internas do IF-SC

Florianópolis, agosto de 2012